



02 DE MARÇO DE 2018

Sexta-feira

- **NOVOS PROJETOS DE LEI - NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - Nº 04. ANO XIV. 01 DE MARÇO DE 2018**
- **STF CONCLUI JULGAMENTO SOBRE O CÓDIGO FLORESTAL**
- **FIXADOS OS PISOS SALARIAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA 2018**
- **NOVO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL VARIA DE R\$ 1.247,40 A R\$ 1.441 NO PARANÁ**
- **ADESÕES AO ACORDO DOS PLANOS ECONÔMICOS COMEÇAM EM MAIO, DIZ GRACE MENDONÇA**
- **STF HOMOLOGA ACORDO ENTRE POUPADORES E BANCOS SOBRE PLANOS ECONÔMICOS**
- **TEMER: PIB DE 2017 DE 1% MOSTRA RECUPERAÇÃO NA PRODUÇÃO NACIONAL**
- **ANALISTAS VEEM ESPAÇO PARA A VOLTA DOS INVESTIMENTOS E DO CONSUMO**
- **IPC-FIPE CAI 0,42% EM FEVEREIRO E ACUMULA LEVE INFLAÇÃO DE 0,04% NO 1º BIMESTRE**
- **FAZENDA: EQUIPARAÇÃO DO IOF NO CÂMBIO DEVE GERAR ARRECADAÇÃO DE R\$ 101 MI**
- **EMERGENTES INTERROMPEM SÉRIE DE 14 MESES DE ENTRADA DE CAPITAIS EM FEVEREIRO**
- **'ESSA RECUPERAÇÃO É A MAIS LENTA QUE O BRASIL JÁ TEVE'**
- **TEMER PREVÊ CRIAÇÃO DE 3 MILHÕES DE EMPREGOS COM RESULTADO DO PIB DE 2017**
- **COM ALTA DE 1% DO PIB, ESPECIALISTAS APOSTAM EM MAIOR CRESCIMENTO EM 2018**
- **BRASIL SAIU DA RECESSÃO. MAS RECUPERAR O TEMPO PERDIDO É OUTRA HISTÓRIA**

- GOVERNO AUMENTA IOF PARA QUEM TRANSFERIR DINHEIRO PARA CONTA PRÓPRIA NO EXTERIOR
- BALANCA COMERCIAL FECHA FEVEREIRO COM MAIOR SUPERÁVIT PARA O MÊS EM 30 ANOS
- EM MANAUS, MARCOS JORGE ANUNCIA MAIS DE R\$ 8 BI EM LINHAS DE CRÉDITO PARA INDÚSTRIA 4.0 NA REGIÃO
- MONTADORAS QUEREM R\$ 1,5 BILHÃO AO ANO EM INCENTIVO FISCAL. ELAS MERECEM?
- VENDAS DE MONTADORAS AMERICANAS CAEM 2% EM FEVEREIRO
- IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS CRESCE 87% NO PRIMEIRO BIMESTRE
- VENDA DE VEÍCULOS NOVOS CRESCE 15,67% EM FEVEREIRO, REVELA FENABRAVE
- COM ATRASO DO ROTA 2030, GRUPO QUE CONTROLA PEUGEOT E CITRÖEN JÁ FALA EM PLANO B
- ROTA 2030 FICA PARA ABRIL, OU PODE ATÉ MESMO SER CANCELADO
- PEUGEOT E CITRÖEN TAMBÉM ADMITEM EXCESSO DE EXPORTAÇÕES PARA ARGENTINA
- GRUPO QUE CONTROLA PEUGEOT E CITRÖEN DIZ QUE 2018 SERÁ O ANO DO 'CLIENTE FINAL'
- MODELOS COMPACTOS SÃO DESTAQUE NA VENDA DE CARROS EM FEVEREIRO
- MOTOS TÊM 1º BIMESTRE FAVORÁVEL EM 2018
- PSA PREVÊ VENDAS 4% MAIORES NA AMÉRICA LATINA EM 2018, APÓS APRESENTAR RESULTADO RECORDE GLOBAL
- INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL CRIARÁ LEGIÃO DE DESEMPREGADOS?
- TRUMP ANUNCIA AUMENTO DE TAXAS DE IMPORTAÇÃO DE AÇO E ALUMÍNIO
- TRUMP AFIRMA QUE 'GUERRAS COMERCIAIS SÃO BOAS E FÁCEIS DE GANHAR'; CHINA E EUROPA REAGEM
- MEIRELLES: SOBRETAXA DE AÇO NOS EUA CONFIRMA PROTECIONISMO DO GOVERNO TRUMP
- MDIC: GOVERNO RECEBE COM 'ENORME PREOCUPAÇÃO' DECISÃO DOS EUA DE SOBRETAXAR AÇO
- NOTA À IMPRENSA
- PREOCUPAÇÕES COM GUERRA COMERCIAL DERRUBAM BOLSAS NO MUNDO

CÂMBIO		
EM 02/03/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,259	3,260
Euro	4,011	4,013

Fonte: BACEN

Novos Projetos de Lei - Núcleo de Assuntos Legislativos - nº 04. Ano XIV. 01 de março de 2018

02/03/2018 – Fonte: FIEP

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS

Constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI
PLS 10/2018 da Comissão Mista de Desburocratização do Senado Federal

Modificação do tratamento legislativo das sociedades limitadas
PLS 11/2018 da Comissão Mista de Desburocratização do Senado Federal
PLS 24/2018 da Comissão Mista de Desburocratização do Senado Federal

Verificação da situação de dependência e Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial das estatais

PL 9215/2017 do Poder Executivo

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Permissão para o usuário da REDESIM praticar os atos de constituição, alteração, incorporação, fusão, cisão, dissolução e baixa de empresários e de pessoas jurídicas
PLS 9/2018 da Comissão Mista de Desburocratização do Senado Federal

Documentos capazes de comprovar possibilidade de Protesto
PLS 19/2018 da Comissão Mista de Desburocratização do Senado Federal

Garantias do credor nas ações de obrigações de pagar quantia certa ou incerta, de entregar coisa, de fazer e de não fazer
PLS 20/2018 da Comissão Mista de Desburocratização do Senado Federal

Disponibilização dos dados de registro de pessoa jurídica
PL 9494/2018 da Comissão Mista de Desburocratização da Câmara dos Deputados

MEIO AMBIENTE

Adequação da periodicidade da fiscalização ambiental de acordo com o cumprimento da legislação ambiental
PLS 23/2018 da Comissão Mista de Desburocratização do Senado Federal

Aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional do Meio Ambiente em remediação de desastres naturais e de origem antrópica
PLS 29/2018 do senador Lasier Martins (PSD/RS)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DISPENSA

Regras especiais para indenização de trabalhadores que aderirem ao Plano de Demissão Voluntária - PDV
PLS 41/2018 do senador Telmário Mota (PTB/RR)

JUSTIÇA DO TRABALHO

Aplicação da Reforma Trabalhista aos contratos posteriores à sua promulgação
PLS 42/2018 da senadora Regina Sousa (PT/PI)

BENEFÍCIOS

Férias do empregado no mesmo período das férias escolares do filho ou pessoa com deficiência sob seu cuidado
PL 9540/2018 do deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Cadastro de empregadores que praticarem discriminação salarial
PLS 33/2018 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Alteração de pontos da reforma trabalhista e revogação do contrato de trabalho intermitente e da possibilidade de pactuação de cláusula compromissória de arbitragem
PL 9467/2018 do deputado Alessandro Molon (REDE/RJ)

CUSTO DE FINANCIAMENTO REFORMA DO SISTEMA FINANCEIRO

Acolhimento de depósitos voluntários pelo Banco Central
PL 9248/2017 do Poder Executivo
Emissão de duplicata sob a forma escritural
PL 9327/2017 do deputado Julio Lopes (PP/RJ)

INTERESSE SETORIAL INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO

Obrigatoriedade de instalação de bloqueadores de sinais em estabelecimentos penitenciários
PLP 470/2018 (PLS-C 32/2018) do senador Eunício de Oliveira (PMDB/CE)

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Dispensa de exigências para registro de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos de procedência estrangeira
PLS 8/2018 da senadora Ana Amélia (PP/RS)

Comercialização de medicamentos em supermercados
PL 9482/2018 do deputado Ronaldo Martins (PRB/CE)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Determina que toda e qualquer propaganda institucional, financiada com recursos do tesouro estadual, traga elementos capazes de identificar o número do contrato administrativo, o valor do contrato de publicidade, a edição e data de publicização do contrato no Diário Oficial e a tiragem da referida publicidade
PL 23/2018 de autoria do deputado Schiavinato (PP)

INFRAESTRUTURA

Regulamenta o § 6º do artigo 27 da Constituição Estadual, que trata sobre a responsabilidade das pessoas jurídicas, prestadoras de serviços públicos, por danos ocasionados por seus agentes a terceiros
PL 25/2018 de autoria do deputado Schiavinato (PP)

Acrescenta o inciso IV, ao §1º do artigo 102 da Lei 15.608/2007, que insere a garantia fidejussória entre as formas de garantia nas contratações de obras, serviços e compras
PL 32/2018 de autoria do deputado Stephanes Junior (PSB)

Dispõe sobre a veiculação de propaganda institucional do Governo do Estado sobre obras, aquisição de bens e serviços, custeados por entes que não integrem a administração direta do Estado
PL 37/2018 de autoria do deputado Evandro Araújo (PSC)

Estabelece critérios para a criação de distritos industriais regionais pelos municípios e dá outras providências
PL 42/2018 de autoria do deputado Márcio Pauliki (PDT)

MEIO AMBIENTE

Disciplina o plantio de eucalipto no Estado do Paraná e dá outras providências
PL 40/2018 de autoria do deputado Rasca Rodrigues (PV).

STF conclui julgamento sobre o Código Florestal

02/03/2018 – Fonte: Paola & Panasolo Sociedade de Advogados

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, na última quarta-feira (28), o julgamento sobre o Código Florestal (Lei 12.651/2012), reconhecendo a validade de vários dispositivos, declarando alguns trechos inconstitucionais e atribuindo interpretação conforme a Constituição a outros itens.

Foram abordados 22 pontos da legislação ambiental no julgamento conjunto da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 42 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937.

A questão de maior repercussão foi a anistia de sanções administrativas e criminais por desmatamentos, concedida a produtores que aderiram ao Programa de Regularização Ambiental- PRA (artigos 59 e 60). Segundo a lei, quem adere a programa não fica sujeito a sanções referentes a infrações cometidas antes do marco temporal de 22 de junho de 2008, desde que cumpridos os requisitos estipulados no Termo de Compromisso.

Entre os pontos alterados pela decisão, destaca-se a utilização da cota de reserva ambiental, prevista no artigo 48, parágrafo 2º, que agora passa a ter como requisito a mesma identidade ecológica, ou seja, o mesmo tipo de vegetação.

O julgamento trouxe mais segurança jurídica para as relações do agronegócio com o meio ambiente, destravando investimentos paralisados em função da divergência judicial.

Para conhecimento dos pontos discutidos, [segue link](#) da tabela descritiva sobre os artigos, temas, julgamento e consequências derivadas da decisão.

Fixados os Pisos Salariais no Estado de Santa Catarina para 2018

02/03/2018 – Fonte: Paola & Panasolo Sociedade de Advogados

O Vice-Governador do Estado de Santa Catarina, através da Lei Complementar 718-SC, de 28-2-2018, publicada no Diário Oficial do dia 1-3-2018, altera o artigo 1º da Lei Complementar 459-SC, de 30-9-2009, para reajustar, com efeitos retroativos a contar de 1-1-2018, os pisos salariais do Estado, que passam a vigorar da seguinte forma:

a) 1ª Faixa - de R\$ 1.078,00 para R\$ 1.110,00, para os trabalhadores que atuam nas seguintes atividades e/ou segmentos econômicos:

- na agricultura e na pecuária;
- nas indústrias extrativas e beneficiamento;
- em empresas de pesca e aquicultura;
- empregados domésticos;
- nas indústrias da construção civil;
- nas indústrias de instrumentos musicais e brinquedos;
- em estabelecimentos hípicas; e
- empregados motociclistas, motoboys, e do transporte em geral, excetuando-se os motoristas.

b) 2ª Faixa - de R\$ 1.119,00 para R\$ 1.152,00, para os trabalhadores que atuam nas seguintes atividades e/ou segmentos econômicos:

- nas indústrias do vestuário e calçado;
- nas indústrias de fiação e tecelagem;
- nas indústrias de artefatos de couro;
- nas indústrias do papel, papelão e cortiça;
- em empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas e empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas;
- empregados da administração das empresas proprietárias de jornais e revistas;
- empregados em empresas de comunicações e telemarketing; e
- nas indústrias do mobiliário.

c) 3ª Faixa - de R\$ 1.179,00 para 1.214,00, para os trabalhadores que atuam nas seguintes atividades e/ou segmentos econômicos:

- nas indústrias químicas e farmacêuticas;
- nas indústrias cinematográficas;
- nas indústrias da alimentação;
- empregados no comércio em geral; e
- empregados de agentes autônomos do comércio.

d) 4ª Faixa - de R\$ 1.235,00 para R\$ 1.271,00, para os trabalhadores que atuam nas seguintes atividades e/ou segmentos econômicos:

- nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico;
- nas indústrias gráficas;
- nas indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana;
- nas indústrias de artefatos de borracha;
- em empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e de crédito;
- em edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares, em turismo e hospitalidade;
- nas indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas;
- auxiliares em administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino);
- empregados em estabelecimento de cultura;
- empregados em processamento de dados;
- empregados motoristas do transporte em geral; e
- empregados em estabelecimentos de serviços de saúde.

Novo salário mínimo regional varia de R\$ 1.247,40 a R\$ 1.441 no Paraná

02/03/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Valores entram em vigor a partir desta quinta-feira (1.º) e valem para 1,5 milhão de trabalhadores sem convenção ou acordo coletivo



Para vendedores, mínimo regional passa a R\$ 1.293,60 por mês Aniele Nascimento/Gazeta do Povo/Arquivo

Com reajuste de 1,81%, entraram em vigor nesta quinta-feira (1.º) os novos valores do salário mínimo regional do Paraná. Para este ano, o novo mínimo vai variar de R\$ 1.247,40 a R\$ 1.441 por mês, dependendo da categoria.

O piso do mínimo regional serve como base para regulamentar o salário de cerca de 1,5 milhão de profissionais sem convenção ou acordo coletivo.

No total, são quatro faixas utilizadas para definir o piso de cada grupo ocupacional. Para o primeiro grupo, formado por trabalhadores empregados nas atividades agropecuárias, florestais e da pesca, o salário será de R\$ 1.247,40.

Para o segundo grupo, composto por trabalhadores de serviços administrativos, do setor de serviços, vendedores e trabalhadores de reparação e manutenção, o mínimo regional passará a ser de R\$ 1.293,60.

Para profissionais da produção de bens e serviços industriais, que compõem o terceiro grupo, o salário será reajustado para R\$ 1.339,80.

Já o quarto grupo, formado por técnicos de nível médio, o novo piso do mínimo regional ficará em R\$ 1.441.

Além disso, pelo decreto assinado pelo governador Beto Richa (PSDB), a data-base para reajuste do mínimo regional será antecipada em um mês a cada ano: 1.º de março em 2018; 1.º de fevereiro para 2019; e 1.º de janeiro em 2020.

Adesões ao acordo dos planos econômicos começam em maio, diz Grace Mendonça

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os poupadores que esperam uma resolução para as perdas geradas pelos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990 vão poder aderir ao acordo firmado entre representantes e bancos a partir de maio, afirmou a ministra Grace Mendonça, advogada-geral da União (AGU).

A adesão será feita por meio de uma plataforma digital que será lançada até o início de maio. A partir disso, os poupadores terão o prazo de dois anos para aderir ao acordo.

“Todo poupador pode ter a tranquilidade de que ele terá 24 meses para adesão, a partir do momento que esta plataforma estiver disponível. Tudo poderá ser feito com muita tranquilidade”, frisou a ministra.

Grace lembra que terão prazos e análise de documentação para que os bancos realizem o repasse do que é devido ao poupador. “Prazos previstos no acordo serão cumpridos estritamente.

O acordo mostra que é possível construir soluções através do diálogo, e soluções tecnicamente e juridicamente sustentáveis, e pacificadoras”, disse a ministra, que frisou que a tramitação para ações individuais de poupadores está suspensa pelo prazo de dois anos – período em que poderão resolver se aderem ou não ao acordo.

O acordo abrange os planos Bresser, Verão e Collor II. O Plano Color I não está inserido no acordo, que foi mediado pela AGU e firmado no fim do ano passado entre o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira pelos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Presidente da Febraban, Murilo Portugal destacou que o acordo traz grandes vantagens para o governo, poupadores, judiciário e bancos. “Mais vantagem ainda para os poupadores, que terão seu dinheiro na mão de forma mais rápida”, afirmou Portugal, destacando que os bancos irão reduzir grandes custos operacionais que eram gerados pelo litígio em torno das ações.

Diretor de Relações Institucionais do Banco Central, Isaac Sidney ressaltou a importância da homologação do acordo e do fim do “litígio entre poupadores e o sistema financeiro nacional”. “Trata-se de um marco histórico, por enterrar uma controvérsia a que por muitos anos levou uma insegurança jurídica sobre os contratos de poupança.”

Segundo ele, o BC agiu em prol do acordo visando seu papel de autoridade monetária, que busca a estabilidade, regula e supervisiona o sistema financeiro nacional, destacando que o acordo gera a “segurança jurídica necessária”.

Próximos passos

A sessão no Supremo Tribunal Federal que homologou o acordo encerra uma disputa de cerca de três décadas sobre as perdas ocorridas na caderneta de poupança em função dos planos econômicos.

O acordo tem potencial de injetar na economia R\$ 12 bilhões, de acordo com informações trazidas pela AGU, Banco Central, Idec e Febraban aos autos do processo, e encerrar mais de um milhão de processos judiciais sobre o tema.

Só podem aderir ao acordo os interessados que entraram com ações na Justiça contra as perdas na caderneta de poupança até o fim de 2016. Eles deverão buscar o

pagamento por meio da plataforma online, que vai validar as informações prestadas pelo poupador para que o repasse do dinheiro possa ser efetivado.

Pelo sistema, o pagamento da indenização à vista ou da primeira parcela deve ocorrer em até 15 dias após a validação da habilitação do poupador. O banco terá até 60 dias para conferir os dados e documentos fornecidos pelo consumidor na habilitação e validá-la. Quem tiver indenização de até R\$ 5 mil recebe o dinheiro à vista e sem desconto. Valores superiores terão descontos que variam entre 8% e 19%, e serão parcelados de 3 a 7 vezes.

O recebimento também funcionará por meio de filas e lotes, de acordo com o ano de nascimento, por isso os mais idosos serão os primeiros a receber.

STF homologa acordo entre poupadores e bancos sobre planos econômicos

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) formalizou nesta quinta-feira, 1, a homologação do acordo firmado entre poupadores e bancos referente ao ressarcimento de perdas impostas pelos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990 aos rendimentos de cadernetas de poupança. Os ministros referendaram a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, que já havia decidido favoravelmente ao acordo em fevereiro.

O ressarcimento abrange as perdas dos planos Bresser, Verão e Collor II. O Plano Color I não está inserido no acordo, mediado pela Advocacia-Geral da União (AGU), e firmado no fim do ano passado entre o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira pelos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A sessão no STF encerra uma disputa de cerca de três décadas. O acordo tem potencial de injetar R\$ 12 bilhões na economia, de acordo com informações divulgadas pela AGU, Banco Central, Idec e Febraban nos autos do processo. Deve encerrar também mais de um milhão de processos judiciais sobre o tema.

Só podem aderir ao acordo os interessados que entraram com ações na Justiça contra as perdas na caderneta de poupança até o fim de 2016. Eles deverão buscar o pagamento por meio de uma plataforma digital, que vai validar as informações prestadas pelo poupador para que o repasse do dinheiro possa ser efetivado.

Esse sistema ficará disponível pelo prazo de dois anos e deverá estar em funcionamento a partir do início de maio.

Pelo sistema, o pagamento da indenização à vista ou da primeira parcela deve ocorrer em até 15 dias após a validação da habilitação do poupador, segundo o Idec. O banco terá até 60 dias para conferir os dados e documentos fornecidos pelo consumidor na habilitação e validá-la.

Quem tiver indenização de até R\$ 5 mil recebe o dinheiro à vista e sem desconto. Valores superiores terão descontos que variam entre 8% e 19%, e serão parcelados de 3 a 7 vezes.

O recebimento também funcionará por meio de filas e lotes, de acordo com o ano de nascimento, por isso os mais idosos serão os primeiros a receber.

Para poupadores que ingressaram em ações coletivas, cujos órgãos representativos participaram do acordo com a AGU e bancos, a adesão é obrigatória. Já para as ações individuais a adesão é voluntária.

Temer: PIB de 2017 de 1% mostra recuperação na produção nacional

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Depois de usar o Twitter para comentar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que cresceu 1% em 2017 ante 2016, o presidente Michel Temer gravou um vídeo – publicado nesta quinta-feira, 1, nas redes sociais – para exaltar mais uma vez o resultado.

Segundo o presidente, o resultado do PIB divulgado pelo IBGE mostra uma recuperação e um “acréscimo na produção nacional”. “O PIB nos anos passados eram sempre negativos e agora houve uma recuperação”, afirmou.

Temer disse ainda que a recuperação do ano passado pode resultar em um crescimento de “3% ou mais” em 2018 e que deve ajudar a gerar empregos.

“O que significa isso pra você? Significa a possibilidade de criamos neste ano ainda mais 3 milhões de novos empregos, novos postos de trabalho, que se somarão ao 1,8 milhão de postos de trabalho que foram obtidos nestes últimos meses”, destacou Temer. “Isso significa progresso, desenvolvimento. Vamos em frente”, finalizou o presidente na mensagem.

Twitter

Mais cedo, no Twitter, Temer afirmou que cumpriu o que escreveu no documento “Uma ponte para o futuro”, lançado pelo MDB em 2015, e que a crise foi superada. “Eu cumpri o que escrevi no documento Ponte para o Futuro: coloquei a economia do Brasil de pé outra vez. Agora podemos avançar. Não vou deixar o País andar para trás”, escreveu.

Analistas veem espaço para a volta dos investimentos e do consumo

02/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Virada do PIB no ano passado abre espaço retomada do consumo em 2018



PIB de 2017 cresceu 1%, abaixo das projeções de economistas

As expectativas para o PIB (Produto Interno Bruto) de 2018 convergem para uma expansão ao redor de 3%, muito marcada pela alta do consumo e dos investimentos. Há quem avalie que a economia pode crescer até mesmo acima disso, a depender da reação esperada para o investimento, que volta a dar as caras após um tomo de quase 30% desde 2014.

Olhando a economia como um todo, as projeções se aceleram após um último trimestre frustrante, que fez com que o PIB encerrasse 2017 em alta de 1% —a primeira após dois anos de queda.

“Não é pouco. A saída de recessões como essa em geral aponta para crescimentos fortes em um primeiro momento, o que já aconteceu em 2017 quando deixamos um PIB negativo de 3,5% em 2016 para alta de 1% em 2017. Foi uma virada de 4,5 pontos percentuais”, afirma Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

Para o investimento, a expectativa é de alta em torno de 5%, embora um grupo menor veja espaço para um número mais próximo de 10%. Neste caso, a surpresa positiva com relação ao PIB poderia ser maior.

A MB Associados, por exemplo, prevê avanço de 3,3% para o PIB deste ano, com alta de 3,6% para o consumo das famílias e de 8% para o investimento. Para o Banco Fibra, que está na ponta mais otimista com previsão de alta de 4% para o PIB, o investimento sobe um pouco acima de 7%.

No grupo dos mais comedidos, Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, diz que os investimentos sobem 5% neste ano, ajudado, entre outros fatores, também por gasto público.

Segundo Borges, o investimento público sobe em todo ano de eleições desde 1998, mas havia uma expectativa de que isso pudesse não se repetir neste ano em razão dos sinais do governo de que manteria o processo de consolidação fiscal.

Algumas variáveis mudaram esse quadro, como o espaço de quase R\$ 80 bilhões existente para atingir o teto de gastos e a meta fiscal bastante folgada— que prevê para o governo um déficit primário de R\$ 159 bilhões neste ano, estabelecido quando as expectativas de recuperação da economia eram bem mais incertas.

Diante disso, Borges diz que existe espaço para elevar os gastos em investimento entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões neste ano, o que equivaleria algo próximo a 0,5 ponto do PIB. “A maior dúvida não é se o governo quer gastar essa folga, mas se ele terá tempo”, diz.

Artur Passos, economista do Itaú Unibanco, afirma que o grosso da alta de 5% prevista para a formação bruta virá de investimentos privados.

Segundo ele, juros menores devem ajudar a recompor o balanço das empresas, que terão espaço para ir atrás de oportunidades mais rentáveis de investimento.

Sinais de descontrole de gastos e falta de compromisso com as reformas por parte do governo, diz Passos, podem assustar o empresário.

O cenário poderia levar à depreciação da moeda e à elevação dos juros, deslocando recursos dos investimentos para os títulos públicos.

Mercado mira em 90 milhões de empregados

Outro motor importante da recuperação econômica em 2018 será o consumo das famílias, cuja participação no PIB fica ao redor de 65%.

Ninguém discorda que o crescimento ficará entre 3,5% e 4% em 2018. Analistas dizem que é possível apostar na “volta ao shopping” do consumidor, como qualificou o BNP Paribas, mesmo diante de um contingente de 12 milhões de desempregados.

Alessandra Ribeiro, sócia diretora da Tendências Consultoria, diz que a expectativa de uma taxa média de desemprego ainda alta em 2018 —de 12,4% ante 12,7% no ano passado— esconde alguns movimentos importantes.

“Muitas pessoas que deixaram o mercado de trabalho por falta de expectativa vão voltar. Por isso que a taxa de desemprego cai devagar”, diz Ribeiro, que prevê a criação de 2,1 milhões de postos de trabalho formais e informais neste ano. “É isso que está por trás de um consumo ainda melhor”, diz ela.

De fato, o grupo dos que desistiram de procurar uma vaga de trabalho —chamados pelo IBGE de desalentados— dobrou nos últimos cinco anos, chegando a 4,3 milhões de pessoas no fim de 2017.

No geral, o Brasil encerrou o ano passado com 26,4 milhões de subempregados, que são desocupados, subocupados que trabalham menos de 40 horas semanais e os que fazem parte da força de trabalho potencial.

Mas não é só o que ocorre entre os desempregados que deve explicar um consumo mais robusto neste ano.

Para Borges, da LCA, o comportamento dos 90 milhões de empregados deve ditar com mais força a reação. O grupo, que até meados do ano passado, ainda tinha medo de perder o emprego, deve voltar às compras.

Além da queda importante da inflação, diz o economista, o comprometimento da renda com dívidas em um nível mais baixo em anos deve incrementar a demanda por crédito.

Segundo Borges, a melhora das condições de crédito passou a valer mesmo no fim de 2017 e deve ficar mais clara ao longo de 2018.

Na oferta de crédito, diz Borges, a principal variável a favorecer os empréstimos será a queda da inadimplência da pessoa física.

Para o economista, o crédito deve pesar mais no impulso ao consumo do que a renda, já que o reajuste do salário mínimo, de 1,8% neste ano, ficará abaixo da inflação. É a segunda vez desde 1996 que isso acontece. A primeira foi em 2015.

Nível pré-crise volta só em 2020, diz economista

O PIB de 2017 cresceu 1%, abaixo da projeção central dos economistas (1,1%).

Apesar do primeiro número positivo após dois anos de queda, a economia brasileira ainda está rodando no mesmo patamar que estava do início de 2011, de acordo com o IBGE.

Segundo cálculos do economista Marcelo Kfoury, da FGV-SP, feitos a pedido da **Folha**, se o país mantiver o crescimento previsto pelos analistas do mercado financeiro (2,9% neste ano e 3% em 2019), o patamar pré-recessão de 2014 só será recuperado em 2020. O PIB per capita, só em 2022.

O PIB per capita avançou 0,2%, em termos reais (descontando a inflação) em 2017, alcançando R\$ 31.587.

À frente, economistas dizem que o cenário interno será muito mais determinante em uma possível reversão do cenário positivo do que o quadro internacional.

“A plataforma econômica de um candidato em favor da não continuidade das reformas pode afetar especialmente os níveis de confiança”, diz Alessandra Ribeiro, da Tendências. Ela lembra que as questões fiscais, que envolvem “barganhas difíceis”, como a regra do teto no próximo ano e a reforma da Previdência, estão longe de ser resolvidas.

“Se isso não for encaminhado, é possível que o mercado comece a discutir a insolvência do Estado”, diz.

Para Bráulio Borges, da LCA, o temor seria “um repeteco de 2002”, que poderia minar a recuperação do investimento, com bancos ainda mais temerosos de emprestar.

“O risco não é externo, mas interno: o quadro político doméstico e suas implicações.

E não adianta fazer como alguns candidatos, que estão tentando comprar credibilidade com nomes que agradem ao mercado”, diz.

IPC-Fipe cai 0,42% em fevereiro e acumula leve inflação de 0,04% no 1º bimestre

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, caiu 0,42% em fevereiro, contrastando com a alta de 0,46% observada em janeiro e ampliando a queda de 0,23% registrada na terceira quadrimestre do mês passado.

O resultado de fevereiro ficou dentro de 12 projeções colhidas pelo **Projeções Broadcast**, que iam de deflação de 0,46% a 0,15%, mas abaixo da mediana, de -0,30%.

No primeiro bimestre do ano, o IPC-Fipe teve ligeira alta de 0,04%. No período de 12 meses até fevereiro, o índice acumulou inflação de 2,07%.

Em fevereiro, aprofundaram queda ou migraram para deflação os grupos Habitação (de -0,17% em janeiro para -0,44% no mês passado), Alimentação (de 1,15% para -0,95%), Despesas Pessoais (de -0,79% para -0,84%) e Vestuário (de -0,18% para -0,24%).

Além disso, desaceleraram os segmentos de Transportes (de 1,63% para 0,45%), Saúde (de 0,31% para 0,29%) e Educação (de 3,02% para 0,01%).

Veja abaixo como ficaram os itens que compõem o IPC-Fipe em fevereiro:

- **Habitação:** -0,44%
- **Alimentação:** -0,95%
- **Transportes:** 0,45%
- **Despesas Pessoais:** -0,84%
- **Saúde:** 0,29%
- **Vestuário:** -0,24%
- **Educação:** 0,01%
- **Índice Geral:** -0,42%

Fazenda: equiparação do IOF no câmbio deve gerar arrecadação de R\$ 101 mi

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

A nova incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas transferências bancárias para conta no exterior de mesma titularidade deve gerar arrecadação extraordinária de R\$ 101 milhões no ano de 2018.

A estimativa foi divulgada pelo Ministério da Fazenda em nota na noite desta quinta-feira, 1.

Segundo a Fazenda, o decreto "equipara a incidência de IOF nas operações de remessa de recursos de uma conta bancária no País para outra conta no exterior de mesma titularidade" com o imposto incidente sobre a compra da moeda estrangeira em espécie. A medida se aplica às contas de pessoas físicas e empresas.

Emergentes interrompem série de 14 meses de entrada de capitais em fevereiro

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Instituto de Finança Internacional (IIF) afirmou nesta quinta-feira que os mercados emergentes experimentaram, em fevereiro, o primeiro mês de fuga de capitais, com a saída de US\$ 4,5 bilhões desses mercados no período. Com isso, essas economias

interrompem uma série de 14 meses de influxo de capitais estrangeiros, no pior mês desde agosto de 2015, quando houve uma fuga de US\$ 5,8 bilhões.

A região que verificou os piores resultados foi a Ásia, que perdeu cerca de US\$ 7,5 bilhões no mês, enquanto os emergentes africanos e do Oriente Médio viram a entrada de US\$ 5,3 bilhões no mesmo período. O Brasil também teve resultados positivos.

Enquanto a China viu fuga de US\$ 5 bilhões em janeiro, O Brasil viu a entrada de US\$ 5 bilhões em capitais. Entre outros países que verificaram influxos em fevereiro estão Turquia (US\$ 15 bilhões), Argentina (US\$ 8 bilhões), México (US\$ 3,7 bilhões).

“Nesse cenário, os bancos centrais de economias compraram US\$ 35 bilhões em reservas cambiais, com o ritmo de compra de moedas estrangeiras ultrapassando os US\$ 6 bilhões na Argentina, Rússia, Tailândia e Turquia.

O IIF ainda estima que os bônus desses governos tenham se enfraquecido substancialmente no mês passado, baixando de um total de US\$ 16,2 bilhões em janeiro, para US\$ 1,3 bilhões em fevereiro.

Apesar dos números ruins de fevereiro, o IIF estima que em 2018, os mercados emergentes vejam um aumento considerável da entrada de capital estrangeiro. “Nós estimamos que o influxo de capitais nas 17 maiores economias emergentes passe dos US\$ 107 bilhões em 2018, contra apenas US\$ 62 bilhões em 2017”.

O instituto pondera, no entanto, que um dólar mais forte e o aumento da inflação podem comprometer a projeção.

'Essa recuperação é a mais lenta que o Brasil já teve'

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Para o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, os números do Produto Interno Bruto (PIB) de 2017 reforçam que o Brasil está numa trajetória de recuperação extremamente lenta.

Na avaliação do economista, o resultado não trouxe surpresa. Uma aceleração do crescimento, segundo ele, vai ocorrer apenas se a agenda econômica abranger mais do que a questão previdenciária. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o sr. avalia o crescimento de 1% no ano passado?

O resultado está dentro do que se esperava, mas no fundo quem projetava um crescimento de 3,5%, 3,8% para este ano vai ter uma frustração. Eu acho inatingível um crescimento de mais do que 3%.

Se der um pouco menos do que 3%, também é possível. Eu espero 3%. Estamos numa trajetória de recuperação extremamente lenta. Em todas as outras recessões, houve uma recuperação relativamente rápida. Essa recessão deixou uma carga pesada.

Por que a recuperação tem sido lenta?

Está andando devagar porque o Brasil precisa fazer muito ajuste, precisa de muita reforma. Tem de ir além da reforma da Previdência. Tem de tocar a agenda de reformas microeconômicas, melhorar a eficiência e a produtividade.

Tem de colocar a economia de pé de novo. Nós estamos nos recuperando, não tem nada de misterioso. Não foi frustrante esse resultado. Eu só enfatizo que é uma recuperação muito lenta em relação a qualquer outra recuperação que o Brasil já teve.

A reforma da Previdência não deve ser aprovada neste governo. Quais são, então, as consequências para a economia?

O Brasil precisa de uma reforma da Previdência. Sem ela, a equação fiscal não fecha. O próximo governo vai ter de pegar esse peão na unha e vai ter de encontrar uma forma política de fazer uma reforma bem feita.

No mercado há uma confiança de que a agenda reformista vai seguir no próximo governo. O sr. acredita nisso?

O CDS (Credit Default Swap, espécie de seguro contra o risco de calote) brasileiro está escolhendo, mas o de todos os países está encolhendo. O câmbio no Brasil valorizou, mas o câmbio de todos os países da América Latina também valorizou.

Esse movimento reflete um mercado internacional extremamente favorável. Não é um voto de confiança no Brasil. É pura e simplesmente uma leniência dos investidores externos que estão sequeiros de obter retornos em países emergentes porque não estão conseguindo retornos nos países desenvolvidos.

É possível prever quando esse ciclo vai acabar?

O PIB potencial dos Estados Unidos está crescendo 2% ao ano e o PIB de fato está avançando a 3%. O hiato do PIB, que era negativo lá atrás, no período da recessão, é positivo hoje. Os EUA aceleraram o crescimento econômico.

O presidente Donald Trump fez aprovar no Congresso uma lei que reduz o imposto para empresas. Isso estimula um crescimento mais rápido e já há um estímulo monetário que está gerando um crescimento acima do potencial. Com o estímulo fiscal, todo esse negócio deve aparecer lentamente na inflação.

Os juros podem subir mais rápido nos EUA, então?

Há alguns meses o mercado olhava e dizia que, talvez, o Fed (Federal Reserve, banco central norte-americano) suba duas vezes o juro em 25 (pontos-base), agora são três ou quatro altas de 25. Quando for olhar lá na frente, daqui a pouco, vai aparecer uma quinta de 25 pontos.

A tendência nos Estados Unidos é de ir lentamente para juros mais altos. Esse negócio vai mudando o quadro. Isso é muito bom porque o mundo está crescendo mais depressa, mas tem o efeito de subida de juros lá dentro que muda um pouco esse quadro de leniência dos investidores externos com relação a ativos de países emergentes.

O impacto para a economia brasileira vai depender se a agenda de reformas for adiante?

Se for eleito um presidente que continue essa agenda de reformas, com uma equipe econômica boa, com o mesmo Banco Central, com gente desse tipo, eu acho que o problema externo é superado. Agora, se não tiver agenda de reformas, o risco percebido é mais alto.

Temer prevê criação de 3 milhões de empregos com resultado do PIB de 2017

02/03/2018 – Fonte: Agência Brasil

O presidente Michel Temer comemorou o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de 2017 e estimou um aumento maior este ano. Em vídeo divulgado nas redes sociais, o presidente disse acreditar em um aumento na geração de empregos.

“Essa recuperação do ano passado pode trazer um PIB, uma produção nacional, de cerca de 3%. O que isso significa para você? Significa a possibilidade de criar mais de 3 milhões de novos empregos. Isso significa progresso e desenvolvimento”, disse o presidente.

Pelo Twitter, Temer ainda acrescentou: "Esta é uma boa notícia que quero compartilhar com vocês. O PIB de 2017, divulgado hoje, foi de 1%. Isto significa que o país voltou a crescer e estamos no caminho certo para criar mais empregos".

Mais cedo, em entrevista ao vivo à Rádio Tupi, o presidente disse que o resultado do PIB representa "esperança". Ele afirmou ainda que o país está crescendo. "Veja o que aconteceu com a indústria, em pouco tempo de governo. De seis meses para cá, a indústria tem se recuperado, o varejo tem vendido enormemente. E, ao mesmo tempo, não descuidamos dos programas sociais", acrescentou.

O PIB DE 2017 fechou com crescimento de 1%, na comparação com 2016. Em valores correntes, o valor do PIB em 2017 atingiu R\$ 6,6 trilhões. Em 2015 e em 2016, o resultado ficou negativo, com duas quedas consecutivas de 3,5%.

Os dados foram divulgados hoje (1º), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com os resultados das contas nacionais trimestrais, o que inclui o fechamento do ano.

Em 2017, contribuíram para o resultado as altas de 13% na agropecuária e de 0,3% nos serviços, além da estabilidade nas indústrias. O resultado da agropecuária foi o melhor em toda a série, iniciada em 1996.

Com alta de 1% do PIB, especialistas apostam em maior crescimento em 2018

02/03/2018 – Fonte: Agência Brasil

O aumento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 mostra a retomada do crescimento da economia do país, segundo especialistas ouvidos pela **Agência Brasil**. Para o diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), José Ronaldo de Souza Jr., o resultado já era esperado e mostra o processo de recuperação econômica.

O diretor aposta em um consumo maior das famílias, com previsão de alta de 3,4% este ano. Em 2017, o crescimento foi de 1%. "A gente vê recuperação do consumo das famílias e do investimento também".

Apesar do aumento do consumo ter ficado em 1%, diretor lembra que é o quarto consecutivo depois de dois trimestres de alta bastante expressiva. "Eu diria que está ficando claro uma recuperação do consumo que teve impacto bastante significativo no comércio também".

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o aumento está relacionado à inflação em baixa, que passou de 8,7% em 2016 para 3,4% em 2017; a taxa de juros menor, que caiu de 14% para 10%; e o crédito para pessoa física, que recuperou 2,6% no ano passado.

No ano passado, o agronegócio puxou o resultado positivo, com alta de 13% em comparação ao ano anterior. Para 2018, a previsão, de acordo com o diretor, é de queda de 1,4% no setor em decorrência de uma safra de grãos 6% menor.

Comércio

Em relação ao comércio, o chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes, avalia que a alta de 1,8% do setor no ano anterior aponta para o início da recuperação dos prejuízos com a crise.

"Se olhar pela ótica do PIB, em 2015 e 2016, a riqueza do PIB do comércio encolheu 13,8%. Agora, a gente repôs 1,8%".



Em 2017, o consumo das famílias cresceu 1% Marcelo Camargo/Agência Brasil

Já a queda nos investimentos preocupa. A taxa de investimento em 2017 foi de 15,6% do PIB, abaixo dos 16,1% de 2016. "Se a gente continuar tendo mais consumo e menos investimento, o que vai sair daí é uma inflação maior e, aí, a gente é obrigado a abortar não só o crescimento, como abortar o próprio crescimento do consumo".

Para este ano, a CNC trabalha com a perspectiva de expansão do PIB de 2,8%, impulsionada pela inflação e taxas de juros baixas e alta na geração de empregos.

Na avaliação do economista Istvan Kasznar, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a retomada econômica ainda é insuficiente para dar uma sensação de melhoria consistente.

"É um anúncio bom e é algo de que necessitávamos para acreditar mais, para ter mais alento. Ainda estamos longe dos indicadores de que precisamos e permanecemos, infelizmente, enforcados pela falta da reforma da Previdência, por excesso de carga fiscal, por uma crise de corrupção inenarrável, incomparável na história do Brasil, e outros tantos fatores que ainda não nos mobilizam o suficiente", disse.

Indústria

No caso da indústria, o economista Marcelo Azevedo, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que o crescimento deve ocorrer em 2018, mas não em ritmo exuberante. "Não vai se conseguir, já neste ano, recuperar tudo o que foi perdido, mas a gente acredita na continuidade da recuperação neste ano, sim".

O setor fechou 2017 sem registrar crescimento - em estabilidade, com peso grande da construção, que teve queda de 5%.

Em particular, a CNI aposta que haverá crescimento mais uniforme entre os vários setores. "A gente acredita que este ano vai ter uma participação menor das exportações e maior do mercado doméstico, o que vai tornar o crescimento mais homogêneo entre todos os setores".

Brasil saiu da recessão. Mas recuperar o tempo perdido é outra história

02/03/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Depois de regredir 8% entre 2015 e 2016, economia do país voltou a crescer. Avanço de 1% no ano passado foi motivo de comemoração no governo, mas sensação de melhora ainda não chegou às pessoas

A economia brasileira deixou a recessão para trás e cresceu 1% no ano passado. O resultado mostra uma recuperação após o mergulho de quase 8% em 2015 e 2016. Mas os números do quarto trimestre do ano decepcionaram: analistas do mercado financeiro e o próprio governo estavam mais otimistas e esperavam que o PIB crescesse 1,1%. No último trimestre do ano, a previsão era de alta de 0,4%, ficou em 0,1%.



Para analistas, embora abaixo do previsto, o número divulgado nesta quinta-feira (1º) pelo IBGE mostra que a retomada se consolidou. Mas ainda levará tempo para recuperar o terreno perdido.

No início de 2017, o PIB (Produto Interno Bruto) já reagia, graças à safra recorde de grãos. Segundo o IBGE, o agronegócio teve o melhor ano desde 1996 – início da atual série histórica – e cresceu 13%. Na esteira das exportações, beneficiados por preços mais altos, também seguiram o petróleo e minério de ferro.

Nos meses seguintes, o consumo saiu do vermelho e também o investimento, a indústria voltou a produzir. O estímulo veio de um contexto de taxas de juros cadentes, inflação em declínio e maior circulação de dinheiro na economia com a liberação do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Carro-chefe da demanda, o consumo das famílias cresceu 1% no ano. No quarto trimestre, porém, desacelerou e ficou estagnado (0,1%), limitado por uma taxa de desemprego elevada e o crédito caro e lento.

Já o investimento, que havia despencado 30% na recessão, reapareceu no terceiro trimestre e cresceu 2% no quarto trimestre, número bastante positivo. Na média do ano, porém, teve queda de 1,8%, ficando no vermelho pelo quarto ano consecutivo. Com isso, a taxa de investimentos (em proporção do PIB) ficou em 15,6%, o mais baixo patamar desde 1996.

Silvia Matos, coordenadora do boletim Macro, da FGV, nota que apesar da recuperação, a sensação de melhora não chegou às pessoas. “Houve uma desinflação importante. O que dificulta é o mercado de trabalho; a taxa de desemprego ainda está muito elevada”, diz. “Entendo o mau humor, o governo está em meio a um ajuste fiscal e os estados investem em segurança e saúde.”

A indústria teve um ano positivo. As fábricas (indústria de transformação) cresceram 1,7% – primeira alta depois de três anos de queda. Mas, no cômputo geral, o setor ficou estável no ano. Isso se deve à renitente crise da construção civil, que caiu 5% no ano passado. A retração do setor já dura quatro anos.

Recuperação acelera, diz governo

O governo comemorou o resultado do PIB e ponderou o fato de nem todos os indicadores serem estimulantes. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que os investimentos, apesar de caírem ao pior nível da história, mostraram recuperação no último trimestre. Ele afirmou que mesmo a construção civil, setor que mais demorou para mostrar sinal de recuperação, ficou positivo no último trimestre.

“Sair de uma queda do PIB de 3,5% em 2016 para a alta de 1% em 2017 é um avanço grande; mostra que a economia está acelerando”, disse Meirelles. Sobre o fato de a alta do PIB ter vindo um pouco abaixo do esperado pelo mercado, o ministro frisou que a expectativa da equipe econômica era de uma alta de 1%.

O presidente Michel Temer disse que o resultado representa esperança para o futuro do país. Em vídeo nas redes sociais, afirmou que a recuperação do ano passado pode

resultar em um crescimento de “3% ou mais” em 2018 e que deve ajudar a gerar empregos.

“O que significa isso para você? Significa a possibilidade de criamos neste ano ainda mais 3 milhões de novos empregos, novos postos de trabalho, que se somarão ao 1,8 milhão de postos de trabalho que foram obtidos nestes últimos meses”, destacou Temer. “Isso significa progresso, desenvolvimento. Vamos em frente”, finalizou o presidente na mensagem.

Para Mansueto Almeida, secretário de acompanhamento econômico, o resultado ficou dentro da expectativa do governo, e muito acima do esperado há um ano. “Ficou muito acima do que analistas esperavam no início do ano passado, quando esperavam 0,2%, 0,3%. Então mostrou que todo o mundo errou, e ainda bem que todo mundo errou”, afirmou Mansueto.

Em nota, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o crescimento se deve, em grande parte, à implementação de reformas, como a trabalhista e a instituição do teto de gastos, além da estabilização da economia, com inflação e juros mais baixos.

Evolução do PIB



Governo aumenta IOF para quem transferir dinheiro para conta própria no exterior

02/03/2018 – Fonte: Agência Brasil



O aumento do IOF valerá tanto para pessoas físicas como jurídicasArquivo/Agência Brasil

O correntista que transferir dinheiro de uma conta bancária no Brasil para outra de mesma titularidade no exterior pagará mais Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A partir de sábado (3), a alíquota será reajustada de 0,38% para 1,1%.

O aumento valerá tanto para pessoas físicas como jurídicas. O decreto com a mudança, assinado pelo presidente Michel Temer, será publicado amanhã (2) no Diário Oficial da União.

Por meio de nota, o Ministério da Fazenda informou que o aumento tem como objetivo eliminar distorções tributárias ao igualar a alíquota com a das compras de moeda estrangeira em espécie. Em maio de 2016, o IOF para quem compra dólar ou outras moedas em papel tinha passado de 0,38% para 1,1%.

De acordo com a Receita Federal, a medida deve gerar arrecadação extra de R\$ 101 milhões em 2018.

Balança comercial fecha fevereiro com maior superávit para o mês em 30 anos

02/03/2018 – Fonte: Agência Brasil

A balança comercial – diferença entre exportações e importações – fechou fevereiro com o maior saldo positivo para o mês desde o início da série histórica, em 1989. No mês passado, o país vendeu US\$ 4,907 bilhões a mais do que comprou do exterior, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).



A exportação de tratores teve crescimento de 110% sobre o mês de fevereiro de 2017. Agência Brasil

O recorde anterior da balança comercial em meses de fevereiro havia sido registrado no ano passado, quando o superávit da balança comercial tinha atingido US\$ 4,555 bilhões.

O resultado deste ano, no entanto, foi inflado pela exportação de uma plataforma de petróleo no valor de US\$ 1,535 bilhão que não saiu do país, mas foi comprada por subsidiárias brasileiras no exterior e, em seguida, registrada no Brasil como equipamento alugado.

Chamado de exportação ficta, esse tipo de operação com equipamentos de grande volume, como plataformas de petróleo e embarcações navais, é legal e está dentro das normas internacionais de comércio.

As exportações somaram US\$ 17,315 bilhões, alta de 11,9% em relação a fevereiro do ano passado pelo critério da média diária. As importações totalizaram US\$ 12,408 bilhões, avanço de 13,7% na mesma comparação, também pelo critério da média diária. Nos dois primeiros meses de 2018, a balança comercial registra superávit de US\$ 7,676 bilhões, contra saldo positivo de US\$ 7,266 bilhões no mesmo período de 2017.

Composição

Em relação às exportações, as vendas de produtos manufaturados subiram 41,6% em fevereiro na comparação com o mesmo mês do ano passado, pelo critério da média diária. Além da plataforma de petróleo que interferiu no resultado, os destaques foram pisos e revestimentos, com alta de 361,3%; bombas e compressores (+115,2%) e tratores (+110,3%).

As vendas de produtos semimanufaturados subiram 1,8%, puxadas por celulose, óleo de soja bruto e madeira serrada. Por causa da antecipação de embarques de grãos em fevereiro do ano passado, o que não ocorreu este ano, e da queda no preço de algumas commodities (bens primários com cotação internacional), as exportações de produtos básicos caíram 7,5%, influenciada pelas exportações de petróleo bruto (-26,4%), soja em grão (-22,1%) e minério de ferro (-14,4%).

O reaquecimento da economia também fez as importações continuarem a subir em fevereiro. As importações de combustíveis e lubrificantes aumentaram 7,5% em

relação ao mesmo mês do ano passado. As compras de bens intermediários e de consumo subiram 11,7% e 21,3%, respectivamente. As importações de bens de capital (máquinas e equipamentos usados na produção) saltaram 24,4%.

Expectativas

Depois de o saldo da balança comercial ter encerrado 2017 em US\$ 67 bilhões, o maior resultado positivo da história, o mercado estima um superávit menor em 2018 motivado principalmente pela recuperação da economia, que reativa o consumo e as importações. Oficialmente, o Mdic estima superávit de US\$ 50 bilhões neste ano.

Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras e divulgada pelo Banco Central, os analistas de mercado preveem superávit de US\$ 54,3 bilhões para este ano.

Em Manaus, Marcos Jorge anuncia mais de R\$ 8 bi em linhas de crédito para indústria 4.0 na região

02/03/2018 – Fonte: MDIC



O recurso virá do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), a principal fonte de recursos financeiros para o crédito de fomento regional

● ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, anunciou hoje que estão sendo disponibilizadas novas linhas de crédito para a chamada indústria 4.0 na região Norte. Ao todo, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), deverá liberar até R\$ 8,3 bilhões para a Amazônia, sendo R\$ 1,1 bi apenas para o estado do Amazonas.

O anúncio foi feito durante a primeira reunião do ano do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que contou ainda com a participação do superintendente da Suframa, Appio Tolentino, da vice-governadora do Acre, Nazareth Araújo, além de representantes dos diversos ministérios integrantes do CAS, de entidades de classe e órgãos governamentais da região.

Após o anúncio, um representante do Banco da Amazônia (Basa), gestor do FNO, especificou que os prazos de pagamento serão de até 12 anos e podem chegar a 20 anos para projetos de infraestrutura.

Os itens financiáveis são equipamentos, tecnologia de hardware e software, treinamento, investimentos fixos e capital de giro.

O FNO é a principal fonte de recursos financeiros para o crédito de fomento da região Norte e um dos mais relevantes instrumentos econômico-financeiros de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do governo federal.

A indústria 4.0, ou indústria do futuro, representa a quarta revolução industrial, caracterizando-se por um conjunto de tecnologias que permitem a fusão do mundo físico, digital e biológico nos processos produtivos, etapas da cadeia de valor, distribuição, entre outras.

Balanço positivo

Marcos Jorge também fez um balanço da atuação do MDIC junto à Suframa. “Quero registrar que nos últimos 22 meses de governo, mais de 350 projetos foram aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa, o que permitiu um reposicionamento do estado e da região. Foram mais 4,5 bilhões de dólares de investimentos e mais 7500 vagas de emprego criadas”, informou.

Visita à Honda

Após a reunião, o ministro fez uma visita à fábrica da Honda, a maior indústria instalada no Polo Industrial de Manaus, com 5.500 empregados.

Novos projetos industriais

A 282ª Reunião Ordinária do CAS, comemorativa do 51º aniversário da autarquia e da Zona Franca de Manaus (ZFM), aprovou 30 projetos industriais e de serviços, dos quais quatro eram de implantação e 26 de ampliação, atualização e diversificação. Juntos, os projetos somam US\$ 106,8 milhões em investimentos totais e US\$ 19,3 milhões em investimentos fixos. Além disso, devem gerar 572 empregos diretos ao longo de três anos de implementação.

O destaque da pauta, na implantação, foi o projeto da Três Corações Alimentos para a fabricação de café torrado e moído, com recursos superiores a US\$ 19 milhões e previsão de geração de 44 empregos diretos.

Já a Panasonic do Brasil e a Sony Brasil apresentam projetos de diversificação para a fabricação de televisor em cores com tela de luminescência orgânica (Oled). Somados, os dois projetos preveem a contratação de 51 trabalhadores e investimento de US\$ 2,18 milhões.

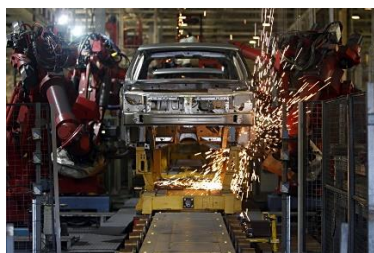
O projeto com maior previsão de postos de trabalho é o de diversificação da Metalúrgica Sato da Amazônia. A empresa planeja utilizar mão de obra de 342 operários e investir US\$ 1,9 milhão para fabricar cavidade para forno de microondas.

Na ampliação e atualização, a Ventisol da Amazônia Indústria de Aparelhos Elétricos apresenta projeto com o intuito de produzir condicionador de ar de janela ou de parede com mais de um corpo, que deverá gerar 188 postos de trabalho e investimentos totais de US\$ 7,22 milhões.

Montadoras querem R\$ 1,5 bilhão ao ano em incentivo fiscal. Elas merecem?

02/03/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Divergências dentro do próprio governo adiam lançamento do Rota 2030, o novo plano de estímulo à indústria automotiva brasileira tão aguardado pelas empresas



Albari Rosa/Gazeta do Povo

O ano de 2018 começou com incertezas para a indústria automotiva brasileira. Após o término do Inovar-Auto – programa de incentivo às montadoras que vigorou entre 2013 e 2017 –, a nova política de incentivo ao setor, chamado Rota 2030, ainda não foi colocada em prática pelo governo federal.

O motivo são divergências entre setores do próprio governo, especialmente no que diz respeito à concessão de uma renúncia fiscal de R\$ 1,5 bilhão por ano às montadoras.

O benefício seria destinado para investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). De um lado, o Ministério da Fazenda defende que as montadoras se enquadrem na chamada "Lei do Bem", do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que permite que os investimentos sejam abatidos do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas.

Já o próprio MDIC, por outro lado, propõe que os créditos acumulados pelas montadoras neste ano possam ser abatidos também em 2019, o que poderia dobrar o valor da renúncia fiscal no próximo ano. A medida contornaria o fato de, em 2018, os benefícios não terem sido previstos pelo governo no orçamento.

Para Otto Nogami, professor de Economia do Insper, entretanto, nenhuma das alternativas é benéfica. Segundo ele, a renúncia fiscal para esse setor não deveria ocorrer nesse momento.

"A medida significaria comprometer a capacidade de arrecadação do governo, o que é uma atitude inadequada diante da situação que o país vive", afirma.

Investimentos mal direcionados

Outra mudança que deve constar no plano diz respeito à alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Pela proposta do MDIC, o tributo deve variar entre 7% e 25%, de acordo com a cilindrada do motor. Caso atinjam metas, contudo, as montadoras podem ganhar um desconto no imposto, de 1% a 2%, a partir de 2021.

Além disso, gradativamente, a forma de cobrar o tributo passaria a ser relacionada com a eficiência energética dos veículos. Já o Ministério da Fazenda defende alíquotas mais altas, como as que eram praticadas antes do programa Inovar-Auto.

Mas pelo menos uma das mudanças parece ser consenso: a extinção das barreiras que foram impostas aos carros importados – e que, inclusive, fizeram com que a prática brasileira fosse considerada ilegal pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

"A impressão é de que o MDIC queria estimular a produção de carros mais luxuosos, forçando uma competitividade maior dessas montadoras.

O caminho não é esse: o setor deve disputar o mercado sozinho. Não é papel do governo dar esse tipo de estímulo em detrimento de uma série de outros investimentos que são necessários", afirma Nogami.

Do outro lado, os empregos

Em outra perspectiva, um dos principais argumentos para manter os benefícios ao setor se relaciona aos empregos gerados por esse tipo de indústria.

De acordo com dados do Anuário da Indústria Automobilística Brasileira de 2018, publicado pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), são 1,3 milhão de pessoas empregadas direta ou indiretamente pelo setor.

Reduzir os subsídios, dessa forma, poderia significar uma diminuição no número de empregos. O argumento, no entanto, não justifica o porquê de incentivar especificamente a indústria automobilística – que ainda traz problemas do ponto de vista ambiental – em detrimento de outros setores.

"Seria muito mais interessante se o governo tivesse programas de protecionismo junto a outras partes da indústria, e não sobre os carros, que são supérfluos", opina Nogami.

Outros pontos incluídos no Rota 2030 são a definição de um cronograma para recursos de segurança, uma nova política de inspeção veicular e incentivos para baratear o custo logístico da produção.

A promessa do governo Michel Temer era de que, no final de fevereiro, o plano passaria por uma definição entre os ministérios. Mas não há, contudo, um prazo definido para que o programa seja colocado em prática.

Vendas de montadoras americanas caem 2% em fevereiro

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

As vendas das montadoras dos Estados Unidos caíram em fevereiro, à medida que as empresas diminuíram a concessão de descontos.

De acordo com a Autodata, as vendas recuaram para 1,3 milhão de unidades em fevereiro, queda de 2% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Entre as principais montadoras, apenas Toyota, Subaru e Volkswagen registraram ganhos de vendas em fevereiro passado.

As vendas da General Motors caíram 7%, mesmo porcentual de queda registrado pela Ford. As da Fiat Chrysler cederam somente 1%, ajudadas pelo aumento de 12% das vendas da marca Jeep. As da Nissan recuaram 4%, da Honda tiveram declínio de 5% e da Hyundai mergulharam 13%.

O chefe de vendas da Ford, Mark LaNeve, disse que as montadoras deram em média US\$ 65 por veículo de desconto em fevereiro em relação ao mesmo mês do ano passado. Isso é um contraste notável em relação aos meses anteriores, quando houve abatimentos entre US\$ 300 e US\$ 400 ante iguais períodos em 2016.

Na opinião de LaNeve, os descontos poder se elevar durante o período de primavera e verão, quando as pessoas começam a receber as restituições de imposto de renda. “Mas, com base nestes primeiros meses do ano, acredito que as montadoras permaneceram bastante disciplinadas, o que pode limitar o boom das vendas”, afirmou.

Importação de automóveis de passageiros cresce 87% no primeiro bimestre

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Depois do fim do Inovar-Auto, em dezembro, a importação de automóveis de passageiros cresceu 87% no primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano passado. Somente em fevereiro, o aumento foi de 124%.

“Pode ser decorrente do fim da sobretaxa imposta pelo Inovar-Auto, mas não tem como afirmar. O principal fator é o aumento da demanda interna, já que 74% das origens são países que já tinham acordos comerciais com o Brasil e não foram atingidos pelo fim do Inovar-Auto”, explica o diretor de Estatísticas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Herlon Brandão.

Já as exportações do primeiro bimestre foram puxadas pelo crescimento nas vendas de bens manufaturados, que cresceram 32,9%. Entraram nessa conta a venda de uma plataforma de petróleo para os Países Baixos em fevereiro, no valor de US\$ 1,5 bilhão. Apesar de a operação entrar como exportação para efeitos cambiais e financeiros, a plataforma continua em águas brasileiras.

Também contribuiu para o aumento a venda de automóveis, que cresceu 18% no bimestre, principalmente para países como Argentina, Chile, Peru e Colômbia. O

aumento das vendas foi alvo, inclusive, de reclamação por parte dos argentinos, que notificou montadoras brasileiras que exportaram acima da cota prevista no acordo automotivo assinado entre os dois países. "O aumento nas exportações de automóveis para a Argentina é uma questão de mercado. Eles estão com a demanda aquecida", ponderou Brandão.

Já os produtos básicos cresceram apenas 1,4% no bimestre, resultado da safra tardia de soja neste ano e da queda de preço do minério de ferro, entre outros fatores.

Para o ano, a previsão do governo é de um saldo comercial menor, impactado pela retomada das importações para fazer frente à recuperação da economia. A expectativa do governo é de um saldo em torno de US\$ 50 bilhões, ante US\$ 67 bilhões no ano passado.

Venda de veículos novos cresce 15,67% em fevereiro, revela Fenabrave

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

A venda de veículos novos no Brasil cresceu 15,67% em fevereiro ante igual mês do ano passado, para 156,9 mil unidades, em soma que considera automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. O balanço foi divulgado nesta quinta-feira, 1º de março, a Fenabrave, associação que representa as concessionárias.

O volume registrado em fevereiro, no entanto, se comparado a janeiro, apresenta queda de 13,43%. Boa parte da retração se deve ao fato de fevereiro ser um mês com menos dias úteis. No acumulado do ano, as vendas somam 338,1 mil unidades, alta de 19,55% em relação ao primeiro bimestre do ano passado.

Os automóveis e comerciais leves, que representam mais de 90% do setor, registraram 151,6 mil emplacamento no segundo mês de 2018. O resultado corresponde a uma alta de 14,58% em comparação a igual mês de 2017, mas baixa de 13,59% ante janeiro. O ano acumula 327,2 mil unidades, avanço de 18,59%.

Entre os pesados, as vendas de caminhões atingiram 4,1 mil unidades em fevereiro, crescimento de 57,26% ante igual mês do ano passado, mas baixa de 10,6% na comparação de janeiro. O bimestre registrou a venda de 8,6 mil unidades, expansão de 56,71%.

Os ônibus, por sua vez, tiveram 1,1 mil emplacamentos, alta de 71,41% em relação a fevereiro do ano passado. Na comparação com janeiro o segmento praticamente ficou estável, com queda de 0,54%. O ano acumula 2,2 mil unidades vendidas, avanço de 64,25% ante o primeiro bimestre do ano passado.

Com atraso do Rota 2030, grupo que controla Peugeot e Citroën já fala em plano B

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

Responsável pela produção no Brasil de veículos das marcas francesas Peugeot e Citroën, o grupo PSA começa a trabalhar com a hipótese de o governo só anunciar no ano que vem a nova política para o setor automotivo, batizada de Rota 2030. "Estamos vendo o nosso plano B", disse o diretor de Comunicação e Relações Externas do grupo no Brasil, Fabrício Biondo.

Pensado para substituir o Inovar-Auto, política que expirou no fim do ano passado, o Rota 2030 deveria ter entrado em vigor em janeiro deste ano. Divergências no governo atrasaram o anúncio, que passou a ser prometido para fevereiro. Como a promessa foi quebrada e o governo não fala em novos prazos, o sentimento é de ceticismo na PSA.

“Eu não sei se o Rota 2030 sai este ano”, disse o executivo. “O governo falou que faria o anúncio no fim do ano passado e não fez. Depois falou que seria em fevereiro e não fez. Então quando isso vai sair?”, reclamou Biondo.

O executivo lembrou que todas as empresas fizeram seus planejamentos considerando que o Rota sairá este ano. “O planejamento se faz agora porque as empresas começam a trabalhar neste ano para cumprir metas de eficiência energética para 2021, 2022”, afirmou o executivo, ressaltando que as metas que estão sendo discutidas são mais difíceis que as do Inovar-Auto.

Quando fala em plano B, Biondo não se refere a revisão de investimentos, mas de orçamento, uma vez que produzir carros mais eficientes envolve mudanças nos processos de produção que são custosas e complexas para as montadoras.

Ele disse que, sem o anúncio do Rota 2030 em fevereiro, as montadoras farão um esforço para que isso ocorra em março ou abril. Mas lembrou que ainda há “uma série de alternativas a serem colocada na mesa” para que a nova política automotiva seja lançada neste ano.

O atraso do Rota 2030 se deve a divergências quanto ao sistema de tributação dos carros. As montadoras pedem incentivos fiscais para realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O Ministério da Fazenda, no entanto, resiste em dar os incentivos porque isso prejudicaria o ajuste fiscal em curso. A decisão caberá ao presidente Michel Temer.

Rota 2030 fica para abril, ou pode até mesmo ser cancelado

02/03/2018 – Fonte: Automotive Business

Após novo adiamento, negociadores tentam salvar o programa

Fevereiro terminou e, mais uma vez, o **Rota 2030** não foi aprovado. Representantes dos fabricantes de veículos já negociam o programa de incentivos ao setor há cerca de um ano, em mais de 100 reuniões de trabalho com o governo, e esperavam que uma Medida Provisória, autorizando a criação do novo regime automotivo, fosse assinada no fim do mês que terminou, após a aprovação da reforma da Previdência (leia [aqui](#)). Nenhuma das duas coisas aconteceu.

Segundo fontes próximas às negociações ouvidas por **Automotive Business**, o anúncio oficial foi adiado desta vez para o início de abril, quando os negociadores envolvidos esperam que seja resolvido o impasse entre os ministérios da Fazenda (contra) e o da Indústria (MDIC, a favor) sobre concessões de benefícios fiscais para a indústria automotiva.

O desentendimento interministerial está agora sob mediação da Casa Civil e, caso não seja resolvido, a avaliação dos envolvidos é que o Rota 2030 seria então definitivamente jogado adiante, adiado por tempo indeterminado, talvez para 2019, quando toma posse a próxima gestão federal a ser escolhida nas eleições deste ano.

Contudo, em função do já longo histórico de promessas do governo não cumpridas sobre a aprovação do programa, pode-se esperar por tudo, ou nada.

Informações publicadas na quinta-feira, 1º, pelo jornal *O Estado de S.Paulo* confirmam o novo adiamento do Rota 2030. Quando começou a ser elaborado, em maio do ano passado, para substituir o Inovar-Auto que terminou sua vigência no fim de 2017, estava prometido para agosto o anúncio das regras do programa.

Foi quando a Fazenda tornou público seu choque com o MDIC e interditou a concessão de qualquer incentivo à indústria (leia [aqui](#)), especialmente cerca de R\$ 1,3 bilhão por

ano em descontos tributários concedidos em troca de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico locais. O conflito começou a ser mediado pela Presidência da República e seu mandatário de plantão, que então prometeu aos presidentes dos fabricantes, em reunião em Brasília, que o programa seria ajustado e anunciado até o fim de dezembro.

A Medida Provisória que autorizaria a criação do novo regime automotivo, segundo negociadores, estava pronta, mas não foi assinada pelo temor que a concessão de incentivos fiscais mancharia a imagem do governo em meio à batalha midiática e parlamentar para aprovar os cortes na reforma da Previdência. Ficou então para o fim de fevereiro e, de novo, nada aconteceu.

Segundo publicou hoje *O Estado de S.Paulo*, não há um novo prazo para aprovação do Rota 2030 e representantes das montadoras e do governo trabalham para tentar salvar o programa, tornando-o mais adequado àquilo que a área econômica espera dele.

Ainda de acordo com o jornal, na avaliação de alas do governo seria uma concessão muito alta de benefícios às montadoras diante da falta de dinheiro para outros programas federais.

Os fabricantes, por sua vez, alegam que os países com indústria automobilística têm políticas de estímulo ao setor. Enquanto permanece o impasse, representantes do setor, sempre que podem, cobram uma definição para poder planejar os próximos passos no País – inclusive ameaçando com cancelamento de investimentos e até fechamentos de algumas linhas de produção.

De acordo com fontes próximas às negociações, são muito pequenas as reais pendências tributárias para que o Rota 2030 seja aprovado. Seria, portanto, fácil sua aprovação se o conflito entre Fazenda e MDIC não tivesse aguçado vaidades da área econômica, que por ser a única no governo que vem apresentando resultados melhores, quer mostrar seu rigor fiscal sobre partes irrelevantes do Orçamento da União, em benefícios tributários que são recuperados rapidamente com o desenvolvimento do setor, mas que aparecem na mídia como irrecuperáveis. Se a conversa fosse mais racional e menos lastreada por preocupações à imagem dos envolvidos, a questão já estaria resolvida.

A direção da associação dos fabricantes, a Anfavea, informou que só deverá se manifestar a respeito do novo adiamento do Rota 2030 na próxima semana, quando divulgará os números de produção e venda da indústria no primeiro bimestre.

Peugeot e Citroën também admitem excesso de exportações para Argentina

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O grupo PSA, que controla as marcas francesas Peugeot e Citroën, admitiu nesta quinta-feira, 1, que também tem excedido os limites do acordo comercial entre Brasil e Argentina para veículos e autopeças. O documento diz que, para cada US\$ 1 que os argentinos exportam para o mercado brasileiro, o caminho inverso tem de ser de até US\$ 1,5. Esta relação é chamada pelos dois governos de “flex”.

Como a demanda de consumidores brasileiros enfrentou uma forte queda durante a crise econômica, a necessidade de importar carros argentinos também despencou. Por outro lado, as vendas no país vizinho têm crescido nos últimos anos, o que tem estimulado as exportações brasileiras para lá. Tal desequilíbrio tem levado o “flex” de todo o setor a atingir algo um pouco acima de US\$ 2.

Com a balança desfavorável para a Argentina, o presidente Mauricio Macri reagiu exigindo que as filiais argentinas das montadoras responsáveis por esse excesso

depositassem uma garantia, que corresponde a uma antecipação da multa que terá de ser paga quando o acordo expirar, em junho de 2020. Se o desequilíbrio permanecer depois do fim do acordo, a garantia é executada.

Em entrevista coletiva, o diretor financeiro do grupo PSA, Gustavo Soloaga, admitiu que a empresa está "desequilibrada" e afirmou que as garantias serão depositadas. "Somos muito respeitosos da lei", disse. Ele, que espera que o equilíbrio seja retomado até o fim do acordo, não quis revelar qual o valor da garantia cobrada à PSA.

A garantia é referente ao período que vai de julho de 2015, quando teve início a última renovação do acordo, até junho de 2017, quando esta renovação completou dois anos.

Nesse período, o "flex" ficou em US\$ 1,8. Em julho de 2017, a Argentina publicou resolução na qual avisou que vai cobrar as garantias das empresas. Mesmo assim, desde então, o "flex" continua acima do limite de US\$ 1,5, chegando a mais de US\$ 2.

As outras montadoras que até agora admitiram que estão excedendo o flex são Volkswagen, GM e Fiat. Outras quatro montadoras disseram que não estão superando o "flex": Ford, Honda, Toyota e Scania. As demais empresas, Mercedes-Benz e Renault, não deram uma resposta.

Grupo que controla Peugeot e Citroën diz que 2018 será o ano do 'cliente final'

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O grupo PSA, que controla as marcas francesas Peugeot e Citroën, acredita que o mercado de veículos no Brasil em 2018 será marcado por uma maior participação do consumidor pessoa física, ao contrário do que ocorreu em 2017, quando as vendas para clientes pessoa jurídica tiveram crescimento mais acentuado.

A previsão foi feita pelo diretor financeiro do grupo para América Latina, Gustavo Soloaga, que chamou o consumidor pessoa física de "cliente final". A Fenabreve, entidade que faz o balanço de vendas do setor a cada mês, chama este tipo de venda de "varejo". A venda "direta" é a que se faz para empresas, como locadoras e frotistas em geral.

O executivo disse que, quando o setor sai de períodos de queda, como ocorreu em 2017, é normal que a retomada seja puxada por clientes corporativos. Agora, com juros mais baixos e a economia se recuperando, espera-se que o consumidor pessoa física volte a impulsionar as vendas, ele disse.

"Além disso, quando falamos com os bancos, a primeira coisa que dizem é que, com os juros mais baixos e a liberação de saques do FGTS, isso gerou uma redução das dívidas das pessoas, que voltaram a ter condição de tomar crédito", disse.

O executivo afirmou que o grupo espera que o mercado brasileiro cresça em torno de 10% em 2018, com a PSA seguindo o mesmo ritmo. Ele também disse que a empresa permanece tendo prejuízos no Brasil e que espera voltar a ter lucros somente em 2019.

Modelos compactos são destaque na venda de carros em fevereiro

02/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

As vendas de automóveis seguem em recuperação no Brasil. Houve alta de 15,7% em fevereiro na comparação com o mesmo de 2017. O dado foi divulgado pela Fenabreve

(entidade que reúne os distribuidores de veículos) e inclui carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões.

Foram emplacadas 156,9 mil unidades no último mês, que foi curto para o setor, com apenas 18 dias de comercialização devido ao feriado de Carnaval.

Modelos compactos ocupam oito das 10 primeiras posições do ranking de emplacamentos. O Chevrolet Onix segue na liderança do mercado com 12.797 unidades vendidas em fevereiro, seguido por Hyundai HB20 (7.364) e Fork Ka (6.570).

Lançado em outubro de 2017, o Volkswagen Polo tem obtido bons resultados de mercado e ficou na quarta colocação em fevereiro, com 4.942 licenciamentos.

A Chevrolet segue líder de mercado, com 18,7% de participação. A Volks aparece em segundo (14,4%) e a Fiat, em terceiro (12,5%).

Os dados de produção e exportações serão divulgados na próxima semana pela Anfavea (associação que reúne as montadoras instaladas no Brasil).

Motos têm 1º bimestre favorável em 2018

02/03/2018 – Fonte: Automotive Business



Emplacamentos atingem 140 mil unidades no período e crescem 9,3%

A venda de **motos** no primeiro **bimestre** somou 140 mil unidades, registrando importante alta de 9,3% sobre o mesmo período do ano passado. Desde 2014 o segmento de duas rodas não tinha um primeiro bimestre melhor que o do ano anterior.

Os emplacamentos de fevereiro somaram 63 mil unidades, 18,2% abaixo de janeiro, mas cresceram 4,1% sobre fevereiro de 2017. Os números são da Fenabreve, federação que reúne as associações de concessionários.

A média diária de emplacamentos nos dois primeiros meses foi de 3,5 mil unidades, melhor que as médias registradas de maio a novembro de 2017.

Na venda por regiões, o Sudeste se consolida com a maior participação, 35,5% do total. O Nordeste, que havia assumido a ponta na década passada, perdeu o posto este ano, mas ainda detém 30,7% do mercado nacional de duas rodas.

A Honda mantém quase 80% de participação do segmento, com 111,8 mil motos zero-quilômetro licenciadas no bimestre. Suas vendas no período cresceram 11,4% sobre iguais meses de 2017. A Yamaha, vice-líder, tem 13,4% de participação. Somou neste bimestre 18,8 mil unidades e alta de 16,2%.

Muito difícil é a situação da Dafra, que teve apenas 573 unidades emplacadas, 55% a menos que nos dois primeiros meses de 2017.

A Suzuki também recuou bastante. Teve 800 unidades emplacadas em 2018 e queda de 41,6%, mas sua rede de concessionárias vem compensando parte dessa perda com

a venda de modelos de baixa cilindrada da Haojue e scooters de porte médio da Kymco. Juntando as duas marcas chega-se a 1,4 mil unidades no bimestre.

Os modelos Haojue e Kymco são montados em Manaus dentro da estrutura da J.Toledo Suzuki.

PSA prevê vendas 4% maiores na América Latina em 2018, após apresentar resultado recorde global

02/03/2018 – Fonte: Automotive Business

Perspectivas sinalizam que o Brasil pode voltar ao azul e impulsionar faturamento na região

O Grupo **PSA** projeta crescimento de 4% das vendas totais de veículos na **América Latina** em 2018, com estimativa de que o Brasil será, finalmente, o protagonista neste desempenho regional.

A companhia prevê para o mercado brasileiro alta de 10% do volume total para 2018, em linha com a projeção da Anfavea.

Ao mesmo tempo, a PSA vê diferentes movimentos em seus outros principais mercados da região: a Argentina não terá o mesmo crescimento visto no ano passado e deve apresentar desempenho estável em 2018.

O Chile deve crescer, mas seu baixo volume não tem potência para influenciar de forma significativa o quadro geral, enquanto o México deve enfrentar um ano ruim, com queda nas vendas.

Com essa perspectiva, os resultados para a América Latina previstos pelo plano estratégico Push to Pass, com lucro multiplicado por três até 2021, podem ser alcançados antes do previsto, segundo informou a PSA em teleconferência com imprensa brasileira na quinta-feira, 1º.

Sobre o Brasil, há perspectiva positiva, embora o País tenha encerrado o ano ainda no vermelho, mas com prejuízo menor – conforme adiantou o presidente global da companhia, Carlos Tavares, em sua passagem pelo Brasil.

Segundo Soloaga, as boas prerrogativas para o mercado brasileiro neste ano podem ajudar o grupo a recuperar suas margens e voltar ao azul antes do previsto.

“No Brasil, tivemos um ano de queda em 2016 [dos resultados financeiros], já em 2017 ficamos perto do equilíbrio.

Quiçá daqui um ano, quando falaremos dos resultados de 2018, tenhamos uma boa surpresa, que nos antecipe as projeções do Push to Pass para a região. Estamos na trajetória para atingir os objetivos”, disse.

“Acreditamos que o Brasil terá um crescimento mais lento, mas sólido. Neste contexto, não teremos a ambição de ganhar muito market share neste ano, mais que isso, nosso objetivo é ter competitividade suficiente para seguir com qualidade e satisfação do cliente”, acrescentou.

Ele informa que 2017 foi o último ano de participação baixa e que a meta do grupo no País é acompanhar o mercado no que diz respeito ao crescimento das vendas. Soloaga analisa que o primeiro sinal de que a crise está se esvaindo é a reação do mercado B2B. No entanto, acredita ser este o ano do B2C.

“Há uma melhora no contexto econômico, com baixa das dívidas, o que vem gerando maior procura por crédito”, aponta.

RESULTADOS GLOBAIS COM RECORDE

O executivo apresentou o resumo do balanço financeiro do grupo divulgado horas antes pelo seu presidente global, Carlos Tavares. “Os resultados são espetaculares, com recorde global”, disse Soloaga.

Os números mostram recorde no faturamento, que atingiu os € 65,2 bilhões em 2017, aumento de 20,7% no comparativo com o ano anterior. Este resultado já inclui os resultados da Opel e Vauxhall.

As vendas globais de veículos somaram 3,23 milhões de unidades, alta de 2,6% com crescimento em todos as principais regiões do mundo, exceto a China.

Incluindo as entregas de Opel e Vauxhall, o volume sobe para 3,63 milhões de veículos. Na divisão automotiva, o faturamento cresceu 9,9%, para € 40,7 bilhões, considerando as marcas Peugeot, Citroën e DS.

As marcas Opel e Vauxhall, cujos resultados foram incorporados ao do Grupo PSA a partir de 1º de agosto de 2017, apresentaram receita de € 7,2 bilhões. Com isso, o lucro líquido consolidado passou de € 2,14 bilhões para € 2,35 bilhões.

TERCEIRO ANO DE LUCRO NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, o grupo registrou seu terceiro ano consecutivo de lucro, com vendas 12,1% maiores, de 186 mil para 206 mil unidades. A participação de mercado das marcas Peugeot, Citroën e DS subiu de 3,6% para 3,8%.

O faturamento cresceu 13% na região, passando de € 916 milhões para € 1,28 bilhão, com vendas acima dos 44 mil veículos.

Segundo Soloaga, os números são resultado de diferentes ações, como a ofensiva em novos produtos no segmento de utilitários, com o lançamento do Peugeot Expert e Citroën Jumpy no segundo semestre do ano passado, e na categoria de SUVs, onde se encaixa o Peugeot 3008.

O executivo também considerou a mudança cultural da empresa, visando a rentabilidade conforme determina o plano Push to Pass, com valorização das marcas, reestruturação das redes, redução de custos fabris e fixos, mais a concentração de esforços na qualidade e satisfação do cliente.

Para este ano, a empresa confirma a continuidade de sua ofensiva em utilitários e SUVs, com a chegada dos novos Peugeot 5008, além de Boxer, Berlingo e Citroën Jumper.

Destaca ainda o feito da fábrica de motores no complexo industrial de Porto Real (RJ), que neste mês completará o volume de 2 milhões de unidades produzidas.

O complexo segue trabalhando em dois turnos, apesar do ritmo mais cadenciado. Também houve adaptação de ociosidade na planta de Palomar, na Argentina, que passa por um processo de modernização a partir do investimento de US\$ 320 milhões anunciados em 2017.

Inteligência artificial criará legião de desempregados?

02/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Para executivos de tecnologia, haverá mais criação que destruição de vagas



O assunto esteve entre os mais frequentes do Mobile World Congress, principal feira do setor de tecnologia, encerrada nesta quinta-feira (1º), em Barcelona.

E a resposta à pergunta acima é não, segundo um dos principais executivos de uma das maiores empresas desse campo, a IBM.

"Acreditamos que haverá mais criação do que destruição de empregos com a inteligência artificial", diz Bob Lorder, responsável pela área de negócios digitais da empresa. Só que há um porém: "Nenhuma profissão do mundo não será atingida."

A ele faz eco Behshad Behzadi, engenheiro do Google Assistant e um dos principais nomes da empresa nesse front. "É uma oportunidade, não um risco."

Ele diz acreditar que haverá mudanças no mercado de trabalho, mas não é possível antever o que serão os novos empregos. "Antes de existir o avião, ninguém podia prever que haveria o emprego de comissário de bordo."

É na caixa de busca do Google, por sinal, que reside uma das faces mais populares da inteligência artificial, tecnologia na qual o processamento computacional reage ao entorno --tentando, por exemplo, antecipar o que a pessoa quer buscar.

"As pessoas digitam: 'A inteligência artificial vai acabar com meu emprego?' num campo que é controlado por inteligência artificial", diz Marc Lavalley, diretor do Space[X], o laboratório de inovação do "New York Times".

"Acho que as pessoas não entendem que cada minuto de sua vida já está influenciado por inteligência artificial", diz John Carney, vice-presidente sênior da Salesforce.

O conceito em si não é novo. Como lembrou Isabelle Mauro, do Fórum Econômico Mundial, vem dos anos 1950. "Mas só recentemente adquiriu esse 'buzz'", diz ela.

Para as empresas, essa primavera da inteligência artificial representa grande investimento, mas também enorme oportunidade de agregar valor a seus serviços e produtos.

"A monetização [com a inteligência artificial] vai acontecer, cedo ou tarde", diz Wanli Min, cientista-chefe de inteligência de máquina da Alibaba, gigante chinesa do varejo. Na Alibaba, o conceito vem a reboque das necessidades do negócio, não o contrário. "A diretriz é primeiro 'business', depois tecnologia."

"As tecnologias ainda são muito novas", diz Angela Shen-Hsieh, diretora da Telefónica responsável pela área de predição do comportamento humano.

Do ponto de vista do consumidor, o principal problema é estar às cegas em relação ao que a inteligência artificial está fazendo com ele.

"Você não pode ativar algo de aprendizado de máquina e não saber como a máquina toma decisões", diz Lorder.

Por causa desse risco, vários executivos pedem um olhar mais vigilante de autoridades públicas para o assunto.

"Algum nível de regulação seria apropriado, com normas que evoluam à medida que aprendemos sobre a tecnologia", diz Mike Sutcliff, presidente da Accenture Digital.

"O mais urgente é educar as pessoas que estão tomando decisões sobre o que significa inteligência artificial", diz Behzadi, do Google.

Trump anuncia aumento de taxas de importação de aço e alumínio

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse a executivos das indústrias de aço e alumínio que irá anunciar tarifas sobre as importações desses produtos na semana que vem, de acordo a Casa Branca. Os impostos serão de 25% para aço e de 10% para alumínio.

Segundo maior fornecedor do produto ao mercado americano no ano passado, o Brasil será um dos países mais atingidos pela medida, que será anunciada de maneira formal na próxima semana.

Com a barreira, Trump cumpre uma de suas promessas de campanha a eleitores que vivem em áreas afetadas pelo processo de desindustrialização vivido pelo EUA a partir dos anos 80, no qual muitas empresas transferiram suas linhas de montagem para o exterior.

"Nossas indústrias de aço e alumínio (e muitas outras) foram dizimadas por décadas de comércio injusto e políticas ruins de países ao redor do mundo. Nós não podemos mais deixar que tirem proveito do nosso país, empresas e trabalhadores. Nós queremos COMÉRCIO INTELIGENTE, livre e justo!", escreveu o presidente no Twitter na manhã de quinta-feira.

A tarifa única de 25% era uma das três opções apresentadas por Trump pelo secretário de Comércio, Wilbur Ross, que conduziu investigação sobre o impacto da importação de aço e alumínio sobre a segurança nacional.

As duas possibilidades descartadas pelo presidente eram a adoção de tarifa de 53% sobre o aço comprado de 12 países, entre os quais o Brasil, e a adoção de quota equivalente a 63% das exportações de cada país em 2017.

Representantes da indústria siderúrgica brasileira que estiveram em Washington nesta semana avaliaram que a tarifa única de 25% era a opção menos prejudicial para o setor. Trump disse que também imporá sobretaxa de 10% sobre a importação de alumínio.

Por sua vez, a União Europeia criticou duramente o plano de Trump. "Nós lamentamos fortemente esse passo, que parece representar uma intervenção flagrante para proteger o setor doméstico dos EUA e não baseada em qualquer justificativa de segurança nacional", afirmou o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker.

Juncker disse ainda que a Comissão Europeia levará adiante "nos próximos dias" uma proposta para medidas retaliatórias compatíveis na Organização Mundial de Comércio (OMC) contra os EUA "para reequilibrar a situação".

O Canadá, por meio da chanceler Chrystia Freeland, diz que vai responder a qualquer elevação das taxas.

Detalhes

A porta-voz da Casa Branca, Sarah Huckabee Sanders, afirmou em coletiva de imprensa que os detalhes sobre a possível elevação das tarifas de importação aço e alumínio somente serão detalhados na próxima semana.

Perguntada se não considerava que as novas tarifas eram muito duras, Sarah Sanders respondeu: "a ideia é justamente esta"

Trump afirma que 'guerras comerciais são boas e fáceis de ganhar'; China e Europa reagem

02/03/2018 – Fonte: G1

Pequim pediu contenção a Washington no uso de medidas protecionistas; Europa fala em "retaliação".

O presidente americano, Donald Trump, usou um tom desafiador nesta sexta-feira (2) para responder às críticas a seu plano de adotar tarifas de importação sobre o aço e o alumínio, dando a entender que uma guerra comercial seria bem-vinda.

"Quando um país (EUA) está perdendo bilhões de dólares no comércio com virtualmente todos os países com os quais faz negócios, guerras comerciais são boas, e fáceis de ganhar", escreveu Trump no Twitter.

"Por exemplo, quando estamos abaixo de US\$ 100 bilhões com um certo país e eles ficam fofos, não negocie mais - nós ganhamos muito. É fácil!", escreveu o presidente.

Durante uma reunião na Casa Branca com representantes da indústria siderúrgica americana, Trump indicou na quinta-feira (1) que as tarifas sobre o aço devem chegar a até 25%, enquanto as taxas de importação de alumínio seriam de 10%.

A medida representa um novo passo do protecionismo americano e abre as portas para uma eventual guerra comercial, especialmente com China, Canadá e União Europeia.

Pequim reage

A China pediu nesta sexta-feira ao governo dos Estados Unidos para "conter" o uso de medidas protecionistas e a "respeitar as regras" do comércio internacional.

"Se outros países seguirem seus passos, isto teria um impacto grave na ordem do comércio mundial", afirmou Hua Chunying, porta-voz do ministério das Relações Exteriores.

Hua Chunying reiterou a posição do ministério chinês do Comércio sobre as tarifas de importação sobre o aço e alumínio. Ela recordou que o governo dos Estados Unidos adotou mais de 100 medidas contra as importações, o que significa uma "proteção excessiva para seus bens nacionais".

Europa ameaça com retaliação

A chefe de comércio da União Europeia advertiu nesta sexta-feira sobre possível retaliação se o plano do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor tarifas sobre as importações de aço e alumínio se aplicar à Europa.

Falando em Cingapura, a comissária de Comércio da UE, Cecilia Malmstrom, ressaltou que qualquer ação que atinja a Europa seria "profundamente injusta".

"Estamos discutindo diferentes medidas. Tudo, desde levar o caso à OMC (Organização Mundial do Comércio), sozinho ou com parceiros também afetados, e também medidas de proteção e possível retaliação", disse Malmstrom.

"Essas são coisas que estamos discutindo internamente na Comissão (UE) e nos nossos Estados-membros. Mas, obviamente, nada será anunciado até que possamos conhecer a extensão das medidas."

Mais cedo nesta sexta-feira, o ministro do Comércio da Austrália disse que as tarifas planejadas podem levar à retaliação por parte de outras economias e à perda de empregos, enquanto a China previu prejuízos para o comércio caso outros países sigam o exemplo dos EUA.

Temores de uma guerra comercial atingiram os mercados da Ásia e Europa, principalmente o preço das ações de siderúrgicas e de fornecedores para o mercado norte-americano.

Meirelles: sobretaxa de aço nos EUA confirma protecionismo do governo Trump

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, criticou nesta quinta-feira, 1, a decisão do governo norte-americano de sobretaxar as importações de alumínio e aço no país.

Segundo o titular da Fazenda, a medida está em linha com a política protecionista anunciada pelo presidente Donald Trump já na campanha pela Casa Branca e não vai ajudar a melhorar a competitividade da indústria americana.

"O Brasil teve política protecionista por muitos anos e isso, no longo prazo, não dá certo", comentou o ministro após participar de evento na capital paulista.

"O presidente Trump tem essa visão. Na minha avaliação, não é algo que vai aumentar a competitividade da indústria americana, pelo contrário", acrescentou Meirelles.

MDIC: governo recebe com 'enorme preocupação' decisão dos EUA de sobretaxar aço

02/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) divulgou nota em que afirma que o governo brasileiro recebe com "enorme preocupação" a informação de que os Estados Unidos pretendem aplicar tarifa adicional de 25% sobre as importações de aço e de 10% sobre as de alumínio, o que afetará os produtos brasileiros.

"O governo brasileiro não descarta eventuais ações complementares, no âmbito multilateral e bilateral, para preservar seus interesses no caso concreto", afirma o texto.

Nesta quinta-feira, 1, o presidente norte-americano Donald Trump disse que decidiu impor a tarifa sobre a importação de aço. Segundo maior fornecedor do produto ao mercado americano no ano passado, o Brasil será um dos países mais atingidos pela medida, que será anunciada de maneira formal na próxima semana.

"O governo brasileiro espera trabalhar construtivamente com os Estados Unidos para evitar eventual aplicação, o que traria prejuízos significativos aos produtores e

consumidores de ambos os países, segundo relatou Marcos Jorge ao secretário americano”, completa.

O anúncio ocorre depois de o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, se reunir, em Washington, com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross.

Na reunião, Jorge afirmou que o aço brasileiro não representa ameaça à segurança nacional norte-americana e que as estruturas produtivas siderúrgicas de ambos os países são complementares, já que cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, que é um insumo da indústria siderúrgica norte-americana.

O ministro reiterou ainda que a produção brasileira de aço, parcialmente exportada aos Estados Unidos, é feita em parte utilizando carvão siderúrgico norte-americano, responsável por US\$ 1 bilhão em importações em 2017, o que poderá ser prejudicado com a sobretaxa.

“No encontro, o ministro Marcos Jorge reforçou que Brasil e Estados Unidos são importantes e tradicionais parceiros comerciais. De sua parte, o secretário Ross afirmou disposição para buscar soluções positivas e que eventual decisão de aplicação da sobretaxa poderia ser recorrida pelos países interessados”.

Nota à imprensa

02/03/2018 – Fonte: MDIC

Pretensão do governo americano em aplicar tarifa adicional sobre importações de aço e alumínio preocupa governo brasileiro

O governo do Brasil recebe com enorme preocupação a informação divulgada nesta quinta-feira (01) de que o governo dos Estados Unidos pretende aplicar tarifa adicional de 25% sobre as importações de aço, e de 10% sobre as de alumínio, como decorrência da investigação com base na Seção 232 da “Lei de Expansão Comercial”, de 1962. Caso confirmada, a restrição comercial afetará exportações brasileiras de ambos setores.

Na última terça-feira (27/2), o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Jorge, esteve reunido em Washington com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, justamente para reiterar que o aço brasileiro não representa ameaça à segurança nacional norte-americana, e que as estruturas produtivas siderúrgicas de ambos os países são complementares, uma vez que cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, importante insumo para a indústria siderúrgica norte-americana.

Ao mesmo tempo, o Brasil também é o maior importador de carvão siderúrgico norte-americano (cerca de US\$ 1 bilhão em 2017), que constitui insumo relevante para a produção brasileira de aço, parcialmente exportada aos Estados Unidos.

No encontro, o ministro Marcos Jorge reforçou que Brasil e Estados Unidos são importantes e tradicionais parceiros comerciais. De sua parte, o secretário Ross afirmou disposição para buscar soluções positivas e que eventual decisão de aplicação da sobretaxa poderia ser recorrida pelos países interessados.

O governo brasileiro espera, portanto, trabalhar construtivamente com os Estados Unidos para evitar eventual aplicação, o que traria prejuízos significativos aos produtores e consumidores de ambos os países, segundo relatou Marcos Jorge ao secretário americano.

O governo brasileiro não descarta eventuais ações complementares, no âmbito multilateral e bilateral, para preservar seus interesses no caso concreto.

Preocupações com guerra comercial derrubam bolsas no mundo

02/03/2018 – Fonte: G1

Mercados acionários da Ásia e Europa reagiram ao anúncio de Donald Trump de aplicar tarifa sobre a importação de aço e de alumínio de outros países.

A decisão do presidente norte-americano Donald Trump de aplicar tarifa de 25% sobre a importação de aço e de 10% sobre a de alumínio de outros países repercutiu negativamente nos mercados acionários da Ásia e da Europa nesta sexta-feira (2). O temor é que a medida cause uma guerra comercial global, provocando preocupações de ações retaliatórias de importantes parceiros comerciais como China, Europa e o vizinho Canadá.

Na Europa, os mercados acionários atingiram novas mínimas de duas semanas. Houve vendas generalizadas na Europa, pesando particularmente no índice alemão DAX, que é orientado para a exportação.

Às 8h23 (horário de Brasília), o índice FTSEEurofirst 300 caía 1,53%, a 1.446 pontos, enquanto o índice pan-europeu STOXX 600 perdia 1,52%, a 369 pontos.

"Os mercados estão assustados mais com a agressividade da mensagem e seu potencial de desencadear uma guerra comercial do que apenas pelo alcance do impacto econômico das medidas", disse à Reuters o gerente de fundos da JCI Capital, Alessandro Balsotti, observando como o aço e o alumínio representam apenas 2% das importações dos EUA.

Todos os setores eram negociados em território negativo, com o setor automotivo liderando a queda, pressionado por uma perda de 5,7% na montadora ítalo-americana Fiat Chrysler com a preocupação de que o movimento tarifário dos EUA poderia aumentar seus custos com matérias-primas.

Em Londres, o índice Financial Times recuava 0,92%, a 7.109 pontos. Em Frankfurt, o índice DAX caía 2,14%, a 11.930 pontos. Em Paris, o índice CAC-40 perdia 1,79%, a 5.168 pontos. Em Milão, o índice Ftse/Mib tinha desvalorização de 2,14%, a 21.968 pontos. Em Madri, o índice Ibex-35 registrava baixa de 1,65%, a 9.577 pontos. Em Lisboa, o índice PSI20 desvalorizava-se 1,33%, a 5.304 pontos.

Ásia

Os mercados acionários da China caíram nesta sexta-feira, pressionados por siderúrgicas. O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, recuou 0,8%, enquanto o índice de Xangai teve queda de 0,6%.

Na semana, o CSI300 caiu 1,3%, enquanto o índice de Xangai recuou 1%.

Embora a China exporte relativamente pouco aço para os EUA, ela está na mira da administração Trump em uma série de outras questões, como direitos de propriedade intelectual.

No restante da região, a preocupação com a possibilidade de uma guerra comercial global pressionou os mercados.

O índice MSCI, que reúne ações da região Ásia-Pacífico com exceção do Japão, tinha queda de 0,9% às 7h56 (horário de Brasília). Em Tóquio, o índice Nikkei recuou 2,5%, a 21.181 pontos. Em Hong Kong, o índice Hang Seng caiu 1,48%, a 30.583 pontos.

Em Xangai, o índice SSEC perdeu 0,59%, a 3.254 pontos. O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, retrocedeu 0,8%, a 4.016 pontos. Em Seul, o índice Kospi teve desvalorização de 1,04%, a 2.402 pontos.

Em Taiwan, o índice Taiex registrou baixa de 0,81%, a 10.698 pontos. Em Cingapura, o índice Straits Times desvalorizou-se 0,99%, a 3.479 pontos. Em Sydney, o índice S&P/ASX 200 recuou 0,74%, a 5.928 pontos.

EUA

Na quinta-feira (1), após o anúncio de Trump, Wall Street fechou em baixa. O índice industrial Dow Jones caiu 1,68%, a 24.608,98 pontos, o tecnológico Nasdaq recuou 1,27%, a 7.180,56 pontos, e o S&P 500 perdeu 1,33% e ficou em 2.677,67 pontos.

Brasil

Apesar de o Ibovespa ter fechado em leve alta de 0,03% na quinta, as ações da Usiminas e CSN caíram mais de 4%, pressionadas com a notícia de tarifa de importação de aço nos EUA. Os papéis da Gerdau foram na contramão e subiram mais de 3%, liderando a ponta positiva do Ibovespa, já que tem atuação nos EUA e terá menos impacto negativo das medidas.